



Estudos Técnicos Preliminares
Serviços de Capacitação

1. Análise de Viabilidade da Contratação

1.1. Descrição Sucinta do Objeto

Contratação do **COMITÊ NACIONAL DO CERIMONIAL PÚBLICO - CONCEP**, mediante inexigibilidade de licitação, para viabilizar a participação de 01 (um) servidor deste TRE/PE no **XXVIII CONGRESSO NACIONAL DE CERIMONIAL E PROTOCOLO - CONCEP 2024**, na modalidade presencial, em Belo Horizonte/MG no período de 03 a 05 de novembro de 2024.

A contratação está prevista na 2º Revisão do Plano Anual de Capacitação 2024, conforme SEI 0027766-04.2023.6.17.8000.

1.2. Unidade Demandante

| Nome da Unidade Demandante | Sigla da Unidade Demandante |
|--|-----------------------------|
| ASSESSORIA DE CERIMONIAL E ASSUNTOS INSTITUCIONAIS | ASCAI |

1.3. Referência ao DOD e ao Termo de Ciência da Equipe de Planejamento

| | |
|--|---------|
| Documento de Oficialização da Demanda | 2712669 |
| Termo de Ciência da Equipe de Planejamento | 2712884 |

1.4. Requisitos do Objeto

A equipe da ASCAI trabalha com organização, realização, apoio a diversos eventos do Tribunal e contratações de serviços.

A capacitação dos servidores na área de eventos e cerimonial e o contínuo aprimoramento dos profissionais são necessários para o sucesso da instituição em que atuam.

A participação no evento é de suma importância pois haverá mútua colaboração, apoio, participação e integração entre os que exercem função na área de cerimonial de todas as áreas, organizadores de eventos, mestres de cerimônias, celebrantes e afins.

1.5. Benefícios Esperados

- Capacitação e atualização das normas protocolares e organização de eventos da Assessora-Chefe da unidade e multiplicação para os demais servidores e servidoras da ASCAI.
- Manter a equipe de Cerimonial atualizada quanto às normas protocolares e organização de eventos

1.6. Alinhamento Estratégico

| | |
|---|--|
| Objetivo(s) Estratégico(s) do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do TRE-PE: | OE 11: Aprimorar a governança e a gestão de pessoas. |
| Sequencial no Plano de Contratações Anual: | 007 |

1.7. Eventos de Capacitação Disponíveis no Mercado

1) CONSULTRE

Curso: Cerimonial, Protocolo e Organização de Eventos
Período: 03 a 05/12/24
Modalidade: Presencial, em São Paulo/SP.

2) ONE CURSOS

Curso: Cerimonial Público, Protocolo e Organização de Eventos na Administração Pública
Período: 04 a 06/11/24
Modalidade: Presencial, em Brasília/DF

1.8. Justificativa da Capacitação Escolhida

O CONCEP é reconhecido como um dos principais eventos científicos do Brasil na área de cerimonial e eventos, o congresso visa promover o compartilhamento de conhecimentos sobre gestão, protocolo, comportamento, inovações tecnológicas e tendências do setor. O CONCEP 2024 acontecerá no Teatro Feluma, em Belo Horizonte, MG, nos dias 3, 4 e 5 de novembro. O evento contará com uma variedade de atividades, incluindo palestras de especialistas, programação científica e apresentações culturais.

Em sua 28ª edição, o CONCEP 2024 traz o tema "As Riquezas do Cerimonial Brotando das Nossas Minas" que tem como objetivo congrega profissionais de eventos em geral para transmitir conhecimento sobre cerimonial, protocolo, etiqueta, organização de eventos e outros temas afins.

O congresso será ministrado por palestrantes renomados nacional e internacionalmente, autoridades oficiais e acadêmicas, profissionais da diplomacia, enfim, expositores de notório saber, ministrarão os encontros de maneira a oferecer aos participantes rica programação científica.

O Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo detém total exclusividade, na realização do XXVIII Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo (CONCEP), conforme documento 2761433.

1.9. Descrição do Serviço a ser Contratado

Capacitação de 01 (um) servidor do TRE/PE no **XXVIII CONGRESSO NACIONAL DE CERIMONIAL E PROTOCOLO** com o objetivo de congrega profissionais de eventos em geral para transmitir conhecimento sobre cerimonial, protocolo, etiqueta, organização de eventos e outros temas afins.

O congresso será ministrado na modalidade presencial, em Belo Horizonte/MG.

O prazo da execução dos serviços é de 24 horas/aula, no período de 3 a 5 de novembro de 2024.

1.10. Local e Horário da Prestação do Serviço

O congresso será ministrado na modalidade presencial, em Belo Horizonte/MG, no período de 03 a 05 de novembro de 2024.

1.11. Custos Totais da Solução

1.11.1. Orçamento Estimado

O valor da inscrição do evento **aberto** é de **R\$ 1.680,00 (mil e seiscentos e oitenta reais)**, pagamento por empenho, conforme material de divulgação extraído do sítio eletrônico do COMITÊ NACIONAL DO CERIMONIAL PÚBLICO (2713249).

O CNCP enviou proposta comercial para a participação de 01 (um) servidor do TRE/PE, no mesmo valor divulgado pela página da empresa na internet.

Assim, o **VALOR DA CONTRATAÇÃO** é de **R\$ 1.680,00 (um mil, seiscentos e oitenta reais)**, referente à participação de 01 (um) servidor do TRE/PE.

O custo estimado com diárias e passagens aéreas para o deslocamento em questão é de **R\$ 4.019,00 (quatro mil e dezenove reais)** e **R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)** respectivamente, conforme mensagem eletrônica 2713341, totalizando **R\$ 6.819,00 (seis mil e oitocentos e dezenove reais)**.

O custo total com capacitação, diárias e passagens é **R\$ 8.499,00 (oito mil e quatrocentos e noventa e nove reais)**.

2. Critérios de Sustentabilidade

Seguem abaixo os Critérios de Sustentabilidade que subsidiarão as contratações do Plano Anual de Capacitação 2024 do TRE/PE, conforme Informação 2349 (2449020), da Assistência de Gestão Socioambiental.

- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.
- Não ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes.
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução de serviços e fiscalizar seu uso em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.
- Se couber, a empresa deverá apresentar documentos comprobatórios do atendimento ao requisito de cumprimento da reserva de cota destinada a pessoas com deficiência. (Lei 8.213 de 1991, Art. 93: “A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I - até 200 empregados.....2%; II - de 201 a 500.....3%; III - de 501 a 1.000.....4%; IV - de 1.001 em diante.....5%”)
- É obrigação da contratada a manutenção dessas condições, o que poderá ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.
- Apresentar declaração afirmando que atende aos Critérios de Sustentabilidade previstos no presente capítulo.

3. Estratégia para a Contratação

3.1. Natureza do objeto

O objeto a ser contratado possui natureza singular e destina-se a atender uma necessidade pontual e instantânea.

3.2. Modalidade da contratação

| | |
|---|---|
| Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) de outro órgão federal | |
| Contratação Direta – Dispensa de Licitação | |
| Contratação Direta – Inexigibilidade | X |

| | |
|--|--|
| Diálogo Competitivo | |
| Pregão Eletrônico | |
| Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços | |
| Pregão Presencial | |
| Termo de Cooperação, Convênio ou documentos afins | |
| Outros (descrever a modalidade) | |

3.3. Justificativa para a modalidade de contratação escolhida

Recomenda-se a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, III, da Lei n.º 14.133/2021.

3.4. Período de Execução e Vigência do Contrato

O prazo da execução dos serviços é de 24 horas/aula, no período de 3 a 5 de novembro de 2024. Após a realização da capacitação, esgota-se a vigência da contratação.

3.5. Parcelamento do objeto

Em razão do objeto da contratação ser de aplicação imediata, não há necessidade de parcelamento.

3.6. Adjudicação do objeto

Nas contratações diretas, não se verifica a utilização da figura da adjudicação, mas sim após a autorização da autoridade superior, a emissão da nota de empenho e a consequente contratação.

3.7. Formalização da Contratação

Sugere-se a substituição do instrumento contratual por nota de empenho. Após a realização da capacitação, esgota-se a vigência da contratação, não restando obrigações futuras.

3.8. Classificação da despesa

O objeto refere-se a despesa corrente e a natureza da despesa (ND) é 3390.39.48.

3.9. Equipe de Planejamento da Contratação

| Função | Nome | E-mail | Lotação | Telefone |
|---------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|---------|-----------|
| Integrante Demandante | Gabrielle Severien Basílio | gabrielle.severien@tre-pe.jus.br | ASCAI | 3194-9373 |
| Integrante Administrativo | Cristiane Paes Barreto de Castro | cristiane.paesbarreto@tre-pe.jus.br | SEDOC | 3194-9654 |

3.10. Equipe de Gestão da Contratação

| Função | Nome | E-mail | Lotação | Telefone |
|-----------------------|----------------------------------|-------------------------------------|---------|-----------|
| Gestor da Contratação | Cristiane Paes Barreto de Castro | cristiane.paesbarreto@tre-pe.jus.br | SEDOC | 3194-9654 |
| Fiscal Administrativo | Fernanda de Azevedo Batista | fernanda.azevedo@tre-pe.jus.br | SEDOC | 3194-9655 |
| Fiscal Demandante | Gabrielle Severien Basílio | gabrielle.severien@tre-pe.jus.br | ASCAI | 3194-9373 |

4. Análise de Riscos

| Descrição do Risco | Descrição do Dano | Probabilidade | Impacto | Criticidade | Ação de Controle ou Contingência | Prazo | Responsável |
|--------------------|-------------------|---------------|---------|-------------|----------------------------------|-------|-------------|
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|-------|-------|-------|---|--|-------|
| Refazimento da inexigibilidade por falta de documentação exigida da contratada. | A invalidade dos documentos de habilitação jurídica da PF ou PJ contratada, como certidões, atestados e declarações, podem acarretar um atraso no processo de contratação, ou a não contratação do treinamento. | Baixa | Médio | Média | Gestões junto às empresas para regularização fiscal da empresa ou, se possível, prorrogar o início do curso de forma a conceder um maior prazo para envio da documentação. | Durante todo o processo de contratação | SEDOC |
| Atraso ou Cancelamento da capacitação | Alteração do período da capacitação, em razão de incompatibilidade na agenda do contratante ou por falta de quórum, que prorrogue ou impossibilite a sua realização. | Média | Médio | Média | Gestões junto às unidades competentes pelo processo de contratação para que se imprima celeridade ao processo; e Verificar com a contratada novas datas possíveis e consultar o público-alvo para verificar a possibilidade de participação nas datas sugeridas pela contratada. | Durante todo o processo de contratação | SEDOC |
| Perda da disponibilidade orçamentária | Por razões de ordem financeiras atestadas pela SOF ou seção competente deste Tribunal, pode ocorrer atraso ou até cancelamento da contratação | Baixa | Médio | Alta | Gestões junto à Administração para viabilizar um acréscimo no orçamento destinado ao Plano de Capacitação. | Durante todo o processo de contratação | SEDOC |

5. Informações Complementares

Conforme previsão contida no [§ 2.º do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021](#), acerca da necessidade de justificativas quanto a não utilização dos elementos não obrigatórios, informamos que os itens previstos no [§ 1.º do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021](#) estão contemplados neste ETP, com exceção apenas dos listados abaixo, com as devidas motivações:

"X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual" - não há necessidade de prévia capacitação dos servidores indicados para fiscalização e gestão contratual, visto que os mesmos já possuem conhecimento necessário a essas atividades;

"XI - contratações correlatas e/ou interdependentes" - não há correlação dessa contratação com outra vigente ou pretendida no órgão;

"XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável" - não se aplica a previsão de impactos ambientais para a pretensa contratação. Os critérios de sustentabilidade, previstos para a contratação de capacitações neste tribunal, estão previstos no item 2 deste ETP.

6. Anexos

- Consulta ao sítio eletrônico (2713249);
- E-mail - Custos diárias e passagens (2713341);
- Declaração de Exclusividade (2761433).

7. Assinaturas



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELLE SEVERIEN BASÍLIO, Assessor(a) Chefe**, em 25/10/2024, às 14:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE PAES BARRETO DE CASTRO, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 25/10/2024, às 14:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2712887** e o código CRC **E74C6C9A**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

Termo de Referência
Serviços de Capacitação

1. Objeto a ser Contratado (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021)

1.1. Descrição Detalhada do Objeto

Contratação do **COMITÊ NACIONAL DO CERIMONIAL PÚBLICO - CONCEP**, mediante inexigibilidade de licitação, para viabilizar a participação de 01 (um) servidor deste TRE/PE no **XXVIII CONGRESSO NACIONAL DE CERIMONIAL E PROTOCOLO - CONCEP 2024**, na modalidade presencial, em Belo Horizonte/MG no período de 03 a 05 de novembro de 2024.

O objeto a ser contratado possui natureza singular e destina-se a atender uma necessidade pontual e instantânea.

A contratação está prevista na 2º Revisão do Plano Anual de Capacitação 2024, conforme SEI 0027766-04.2023.6.17.8000.

1.2. Vigência da Contratação

Sugere-se a substituição do instrumento contratual por nota de empenho. Após a realização da capacitação, esgota-se a vigência da contratação.

2. Fundamentação da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei nº 14.133/2021)

Os estudos preliminares referentes a esta contratação estão no doc. nº 2712887.

3. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor (art.6º, inciso XXIII, alínea ‘h’ da Lei nº 14.133/2021)

Recomenda-se a **inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 74, III, da Lei n.º 14.133/21 c/c § 3º.

| DADOS DA EMPRESA | |
|------------------|--|
| Nome | COMITE NACIONAL DE CERIMONIAL E PROTOCOLO - CNCP/BRASIL |
| CNPJ | 00.312.312/0001-30 |
| Endereço | SCS - Quadra 01 - Bloco L - Salas 807/808 - Edifício Márcia, Brasília/DF - CEP 70307-900 |
| Dados Bancários | Banco Cooperativo SICOOB (756) Agência: 4256-0 C/C: 70.618-3 |

3.1. Critério de Julgamento, Adjudicação e Homologação

Recomenda-se a **inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 74, III, da Lei n.º 14.133/21 c/c § 3º.

Fundamento. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Art.74, 14.133/21. Na visão do TCU, o procedimento deve ser motivado:

Jurisprudência do TCU.

Adote procedimentos de inexigibilidade de licitação somente quando houver inviabilidade de licitação, **motivando adequadamente os atos**. (grifo nosso)

Ac. 195/2008 – 1ª Câmara.

Fonte: Ações de Capacitação: Contratações pela Administração Pública Recife, 9/5/2018. Sandro Bernardes. Auditor do TCU.

Na linha de raciocínio da previsão legal em destaque, o Tribunal de Contas da União posicionou-se a respeito dos três requisitos simultâneos para a contratação de serviços técnicos (inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21). Está exteriorizado através da **Súmula n.º 252 do TCU**. Vejamos:

“A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: **serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado.**” (DOU de 13/04/2010) (grifei)

Em que pese a Súmula nº 252 do TCU citar o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, por analogia o conceito para contratação de serviços técnicos aplica-se ao previsto no inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

A súmula em epígrafe confirma o tripé basilar relacionado com a contratação de pessoas jurídicas/físicas com notória especialização e que prestam serviço singular. Tais características excepcionam a regra geral da necessidade de licitar. Em tese, a qualificação do contratado inibe a possibilidade de competição. Dos três requisitos simultâneos mencionados pelo TCU, dois deles têm relação com o objeto da contratação: a) **o serviço deve ser técnico**; b) **a natureza do serviço deve ser singular**. Já o terceiro é está relacionado com a pessoa a ser contratada: **o contratado deve ser qualificado como notório especialista (cunho subjetivo)**.

No que pertine ao segundo aspecto do objeto da contratação (natureza singular) é imperioso mencionar que se trata de um serviço cuja execução requer o emprego de atributos subjetivos como elementos essenciais para sua execução satisfatória, a exemplo da arte e racionalidade humanas. Não se trata, pois, de tarefas que possam ser executadas mecanicamente ou segundo protocolos, métodos e técnicas preestabelecidas e conhecidas.

Singularidade, na verdade, é do serviço! E possui três características fundamentais: deve ser **anômala, diferente e específica**. Não significa que seja único! O próprio TCU se manifestou a respeito da singularidade “anômala” ou “diferenciada”:

Licitação – Contratação Direta Jurisprudência – TCU

– Acórdão 2684/2008 – Plenário:

(Voto do Ministro Relator): Segundo o Prof. Marçal: ‘A natureza singular se caracteriza como uma situação **anômala, incomum**, impossível de ser enfrentada satisfatoriamente por todo e qualquer profissional ‘especializado’. (grifo nosso)

– Acórdão 1074/2013 – Plenário:

O conceito de singularidade de que trata o art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993 **não está vinculado à ideia de unicidade, mas de complexidade e especificidade**. Dessa forma, a natureza singular não deve ser compreendida como ausência de pluralidade de sujeitos em condições de executar o objeto, mas sim como uma situação **diferenciada** e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado. (grifo nosso)

Fonte: Ações de Capacitação: Contratações pela Administração Pública Recife, 9/5/2018. Sandro Bernardes. Auditor do TCU.

Em que pese o Acórdão 1074/2013 TCU citar o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, por analogia o conceito para singularidade de contratação aplica-se ao previsto no inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

De outra banda, **Celso Antônio Bandeira de Mello**, em sua renomada obra “*Curso de Direito Administrativo*”, 20ª edição, página 508, define brilhantemente as características do **serviço singular**:

“Neste quadro cabem os mais variados serviços: uma monografia escrita por experiente jurista; uma intervenção cirúrgica realizada por qualificado cirurgião; uma pesquisa sociológica empreendida por uma equipe de planejamento urbano; um ciclo de conferências efetuado por professores; uma exibição de orquestra sinfônica; uma perícia técnica sobre o estado de coisas ou das causas que o geraram. Todos estes serviços se singularizam por um estilo ou uma orientação pessoal. **Note-se que a singularidade mencionada não significa que outros não possam realizar o mesmo serviço. Isto é, são singulares, embora não sejam necessariamente únicos.**” (grifo nosso)

Sobre o fato de **singularidade não representar serviço único**, vale a pena extrair trecho da **Apostila do Auditor do TCU, Sandro Bernardes**. Curso realizado na **Escola Judicial do TRT da 6ª Região**, no dia 09/05/2018, em Recife-PE. Na página 93, está assim disposto:

Adentrando no exame da singularidade do objeto, e **nfatizo que tal conceito não pode ser confundido com unicidade, exclusividade, ineditismo ou mesmo raridade. Se fosse único ou inédito, seria caso de inexigibilidade por inviabilidade de competição**, fulcrada no caput do art. 25, e não pela natureza singular do serviço. O fato de o objeto poder ser executado por outros profissionais ou empresas não impede que exista a contratação amparada no art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993. (grifo nosso)

Fonte: Ações de Capacitação: Contratações pela Administração Pública .Recife, 9/5/2018. Sandro Bernardes. Auditor do TCU.

Em que pese a Apostila do Auditor do TCU citar o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, por analogia o conceito para singularidade de contratação aplica-se ao previsto no inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

Na esteira do raciocínio em tela, admite-se certa **margem de subjetividade na escolha do contratado**, desde que escolhido profissional ou empresa de notória especialização. **Não significa que o serviço seja o único disponível no mercado**. O que entra em causa é a **singularidade relevante**, como afirma o ilustre Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-SP. Em apertada síntese, ele sintetiza, explicando:

“Cumpra que os fatores singulizadores de um dado serviço apresentem realce para a satisfação da necessidade administrativa. Em suma: as diferenças advindas da singularidade de cada qual repercutam de maneira a autorizar a presunção de que **o serviço de um é o mais indicado do que o do outro** .” (grifo nosso)

Necessário se faz colacionar neste **TR** trechos dignos de destaque na **Decisão 439/98 – Plenário TCU**. Trata-se de um dos mais importantes julgados do referido órgão de contas acerca do tema: **possibilidade do enquadramento na hipótese da inexigibilidade de licitação para a contratação de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**. O que se depreende do brilhante *decisum* é que o procedimento de **inexigibilidade de licitação** é o mais recomendado para todo treinamento/capacitação (sem qualquer restrição), não devendo ser deflagrado procedimento licitatório. A justificativa deve-se ao fato de que **os profissionais ou empresas são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição**. Senão vejamos:

– Processo nº TC 000.830/98-4 Interessado: **Tribunal de Contas da União** Órgão: Secretaria Geral de Controle Externo - SEGECEX Relator: MINISTRO ADHEMAR PALADINI GHISI. Representante do Ministério Público: não atuou Unidade Técnica: Secretaria de Auditoria - SAUDI Especificação do "quorum": Ministros presentes: Homero dos Santos (Presidente), Adhemar Paladini Ghisi (Relator), Carlos Átila Álvares da Silva, Bento José Bugarin e os Ministros-Substitutos José Antonio Barreto de Macedo e Lincoln Magalhães da Rocha. **Assunto: Administrativo Ementa: Estudos desenvolvidos sobre a possibilidade do enquadramento na hipótese da inexigibilidade de licitação para a contratação de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, bem como inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros. Hipótese aceita. Arquivamento. - Licitação. Inexigibilidade. Natureza singular. Considerações. - Licitação. Notória especialização. Considerações. Data DOU: 23/07/1998 (grifo nosso)

...

19. Há quem defenda que a inexigibilidade de licitação seja aplicável a toda contratação de treinamento de servidores, sem qualquer restrição. É o caso do notável Antônio Carlos Cintra do Amaral, que assevera: 'A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço' são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição.' ("in" Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos, Malheiros, 1ª ed., 1995, pág. 111). (grifo nosso)

...

Nessa senda, uma vez feita a análise/escolha de um *serviço pelo critério de que é mais indicado do que de outro*, a Administração seleciona o chamado **o executor de confiança**. O TCU, através da **Súmula nº 39**, preconiza que:

“A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, **na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de**

Em que pese a Súmula nº 39 do TCU citar o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, por analogia aplica-se ao previsto no inciso XIX do art. 6º e no inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

A seleção de um **executor de confiança** implica em significativa redução do risco de insucesso na contratação. Ademais, é necessário que a prestação de serviço seja diferenciada e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado. Importante mencionar a definição legal, **na forma da Lei 14.133/2021 (§3º, III, do Artigo 74) de notória especialização, *ipsis litteris***:

"Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, **permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado** à plena satisfação do objeto do contrato". (grifo nosso)

Em reforço jurisprudencial à previsão legal em destaque (**conceito de notória especialização**) e existência de mais de um executor do serviço / não serem os únicos no mercado, mais uma vez nos reportamos a **Decisão 439/98 - Plenário TCU**. Conclui-se que a realização de certame seria incompatível com o princípio do julgamento objetivo da licitação e desatenderia ao interesse público. Extrai-se neste momento trecho elucidativo a respeito do referido conceito, *ipsis litteris*:

...

30. O conceito de notória especialização, contido no § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93, refere-se a requisitos, relacionados com as atividades do profissional, que permitam inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato. 31. É sensivelmente predominante na doutrina a tese de que o notório especialista não é, necessariamente, o único prestador do serviço pretendido. Precisa ser, no entanto, indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto. Citamos alguns autores que comungam esse pensamento: "A inviabilidade de competição, nos casos de prestação de serviço, ocorre quando presentes certos elementos característicos. O caso mais evidente ocorre quando uma única pessoa se encontra em condições para executar um serviço. Não haverá competição possível quando inexistir pluralidade de particulares habilitados a satisfazer a Administração Pública. Essa, porém, é uma situação excepcional. Estatisticamente, configura uma hipótese extremamente rara. Há casos mais comuns de aplicação do art. 25, inc. II." (Marçal Justen Filho, 'in' Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 4ª edição, 1995, pág. 170); '...Por certo poderíamos, no plano abstrato, afirmar a possibilidade de se realizarem procedimentos seletivos (não 'licitações', note-se) para as contratações desse tipo de serviços, visto que, embora tenham natureza singular, não são os únicos (isto é, mais de um profissional e mais de uma empresa podem prestá-los). ... A realização de licitações nesses casos, no entanto - 1º- seria incompatível com o princípio do julgamento objetivo da licitação e - 2º- desatenderia ao interesse público'. (Eros Roberto Grau, in Licitação e Contrato Administrativo - Estudos sobre a Interpretação da Lei, Malheiros, 1995, pág. 88). 'Destarte, a primeira verificação que fazemos é a de que a notória especialização traz em seu bojo uma singularidade subjetiva, isto é, de seu executor. Note-se que dissemos singularidade e não exclusividade. Evidentemente, se alguém for único na matéria, a licitação tornar-se-ia não mais despendiosa, mas impossível. Haveria, desta maneira, impossibilidade fática de licitar!' (Lúcia Valle Figueiredo, 'in' Direitos dos Licitantes, Malheiros, 3ª ed., 1992, pág. 33). (grifo nosso)

DA ANÁLISE DOS ATRIBUTOS DA PESSOA JURÍDICA A SER CONTRATADA (COMITÊ NACIONAL DO CERIMONIAL PÚBLICO).

O Comitê Nacional de Cerimonial e Protocolo vem realizando suas atividades de forma ininterrupta, desde 1993, promovendo Encontros, Jornadas e Congressos, no cumprimento de seu compromisso com o associativismo, bem assim demonstrando seu especial empenho para o desenvolvimento do Cerimonial praticado em nosso País.

O **XXVIII CONGRESSO NACIONAL DE CERIMONIAL E PROTOCOLO - CONCEP 2024** será realizado na modalidade presencial, em Belo Horizonte/MG, no período de 03 a 05 de novembro de 2024. O CONCEP é um dos mais importantes eventos científicos da área de Cerimonial e tem como objetivo congregar profissionais de eventos em geral para transmitir conhecimento sobre cerimonial, protocolo, etiqueta, organização de eventos e outros temas afins.

A capacitação terá 24 (vinte e quatro) horas de carga horária. Tem como público-alvo cerimonialistas de todas as áreas: sociais, públicos, universitários, castrenses, religiosos, culturais, esportivos, virtuais etc. Também, organizadores de eventos em geral, mestre de cerimônias, celebrantes, ocupantes de cargos relacionados à atividade, estudantes da área e pessoas interessadas no assunto.

O CONCEP 2024 busca incentivar o reconhecimento e a capacitação dos profissionais de cerimonial e eventos, proporcionando uma nova jornada entre a tradição e a contemporaneidade.

O **COMITÊ NACIONAL DO CERIMONIAL PÚBLICO** possui grande experiência de mercado. Junta-se ao presente Termo de Referência **04 (quatro) ATESTADOS TÉCNICOS** em favor da empresa (2761647):

a) O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO** atestou que o

COMITÊ NACIONAL DO CERIMONIAL PÚBLICO - CNCP, inscrito no CNPJ n.º 00.312.312/0001-30, planejou, organizou e realizou com excelência, atendendo toda a programação proposta, com plena capacidade técnica, o XXI CONGRESSO NACIONAL DO CERIMONIAL PÚBLICO, realizado no Município de Manaus-AM, no período de 27 a 30 de outubro de 2016. Documento expedido em 31/08/2017.

b) A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU** atestou que o COMITÊ NACIONAL DO CERIMONIAL PÚBLICO - CNCP, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.312.312/0001-30, demonstrou idoneidade e capacidade técnica na realização do XXIII Congresso Nacional de Cerimonial Público, realizado em Bonito/MS, nos dias 30, 31 de outubro e 01 de novembro de 2017, fazendo-o com eficiência, responsabilidade e respeito aos dispositivos legais pertinentes. Documento expedido em 10/01/2018.

c) O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO** atestou que o CNCP - COMITÊ NACIONAL DO CERIMONIAL PÚBLICO, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.312.312/0001-30, realizou e promoveu o XXII Congresso Nacional do Cerimonial Público, no período de 30 de outubro a 01 de novembro de 2017, na cidade de Bonito/MS. Atestou, ainda, que, na execução do congresso, cumpriu todas as condições estabelecidas na programação do evento, evidenciando sua plena capacidade técnica, destacada pela atuação profissional e conceito positivo no resultado da avaliação da participante do evento. Documento expedido em 23/01/2018.

d) O **GABINETE DE GOVERNO CERIMONIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO** atestou que o CNCP - COMITÊ NACIONAL DO CERIMONIAL PÚBLICO, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.312.312/0001-30, realizou e promoveu o XXII Congresso Nacional do Cerimonial Público, no período de 25, 26 E 27 de outubro de 2023, na cidade de Cuiabá/MS. Atestou, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a entidade cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data. Documento expedido em 01/10/2024.

O evento terá palestrantes renomados nacional e internacionalmente, autoridades oficiais e acadêmicas, profissionais da diplomacia, enfim, expositores de notório saber, de maneira a oferecer aos participantes rica programação científica.

Citamos alguns deles, conforme descrito abaixo (2761661):

- Hugo de Faria Almeida - Membro Benemérito do CNCP Brasil.
- Aline Brandão - Subsecretária de Cerimonial e Eventos do Governo do Estado de Minas Gerais.
- Gilda Fleury - Presidente da Academia Brasileira de Cerimonial e Protocolo - ABCP.
- Eliane Ubillús - Presidente da Academia Internacional de Cerimonial e Protocolo - AICP.
- Cecília Arruda - Vice-Presidente do CNCP Brasil.
- Vaniana Cecilio Helou - Presidente do Fórum Brasileiro de Mestres de Cerimônias - MCFórum.
- Pedro Baggio - Jornalista, Relações Públicas, Consultor e Professor.
- Caroline Moraes - Gerente Sênior de Privacidade e de Proteção de Dados na Grant Thornton Brasil.
- Raab Simões (DF) - Presidente do CNCP/Brasil; 2ª Vice-Presidente da OICP; Acadêmica Efetiva da ABCP, Correspondente da AAC e da AICP; Cerimonialista no Governo do DF; Professora.
- Leonardo Mari - Coordenador de Relações Públicas/Cerimonial no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
- Bruno Ribeiro e Melo - Coordenador de Cerimonial do Ministério Público de Minas Gerais.
- Yvone de Souza Almeida - 2ª Vice-Presidente da Academia Brasileira de Cerimonial e Protocolo - ABCP.
- Fabiano Fantin - Gestor de Comunicação, Eventos e Relações Institucionais - Senac Campinas - Senac São Paulo.
- Alice Magalhães - Gerente de Cerimonial na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.
- Diane Freitas - Superintendente de Cerimonial do Governo do Estado de Minas Gerais.
- Francklin Bezerra Santos - Chefe de Cerimonial da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.
- Pedro Amorim - Chefe de Cerimonial, Consultor das Nações Unidas para o G20 Brasil e Diretos de Estratégia da OICP.

- Iêda Lima - Mestre de Cerimônias, Celebrante de casamento e Ministra de Ritos.
- Daniela Lacerda - Subsecretária de Cerimonial da Prefeitura de Belo Horizonte.
- Cleifany Veneroso - Coordenadora de Cerimonial da Prefeitura de Betim.
- Lina Grasiela - Produtora e Gestora de Eventos Cerimonialista.
- Andréa Nakane - Relações Públicas, Professora Universitária, Consultora, Ghostwriter e Jornalista.
- Anderson Amaury Silva - Comunicador Multimídia e Presidente do Núcleo de Cerimonial Social-CNCP Brasil.
- Cinara Cardoso - Cerimonialista, Estrategista de Eventos, Consultora e Treinadora de Negócios e Empreendedora na área de eventos.
- Jonas Gomes - Chefe do Cerimonial e Professor Coordenador de Inovação da Câmara Municipal de São Paulo.
- Mayra Tupinambás - Mestre de Cerimônias do Governo do Estado de Minas Gerais.
- Wallace Conegundes - Cerimonilista do Governo de Minas Gerais.
- Marília Freitas - Cerimonialista do Governo de Minas Gerais.

3.2. Tratamento Diferenciado (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)

Não se aplica.

3.3. Das Condições de Habilitação

Serão exigidas as habilitações fiscal, social e trabalhista. As habilitações serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

1. a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
2. a regularidade perante a Fazenda federal e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
3. a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
4. a regularidade perante a Justiça do Trabalho.

4. Descrição da Solução e Adequação Orçamentária (art. 6º, inciso XXIII, alíneas ‘c’ e ‘j’ e art. 40, §1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021)

4.1. Descrição da Solução

Capacitação de 01 (um) servidor do TRE/PE no **XXVIII CONGRESSO NACIONAL DE CERIMONIAL E PROTOCOLO** com o objetivo de congregar profissionais de eventos em geral para transmitir conhecimento sobre cerimonial, protocolo, etiqueta, organização de eventos e outros temas afins.

O congresso será ministrado na modalidade presencial, em Belo Horizonte/MG.

O prazo da execução dos serviços é de 24 horas/aula, no período de 3 a 5 de novembro de 2024.

4.2. Adequação Orçamentária

4.2.1. Sequencial do PCA

Sequencial no Plano de Contratações Anual 007.

4.2.2. Natureza de Despesa e Tipo de Orçamento

Natureza da Despesa 3390.39.48 e Orçamento Ordinário.

4.2.3. Modalidade da Nota de Empenho

| | | | | | |
|---|-----------|--|--------|--|------------|
| X | Ordinário | | Global | | Estimativo |
|---|-----------|--|--------|--|------------|

5. Requisitos da Contratação (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ e art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

Para o regular processamento desse tipo de contratação, infere-se do comando legal que devem estar presentes três requisitos básicos, quais sejam: **1. legal**, relativo ao enquadramento do serviço no rol indicado pelo art. 6º da Lei nº 14.133/2021; **2. subjetivo**, que se refere às qualificações pessoais do profissional/empresa (notória especialização) e **3. objetivo**, que diz respeito à singularidade do serviço a ser contratado.

Os requisitos necessários à contratação estão presentes, com suporte nos dispositivos legais em referência.

Com relação ao enquadramento legal, o inciso XVIII do artigo 6º (alínea f) da Lei nº 14.133/2021 menciona de forma expressa a

hipótese de *treinamento e aperfeiçoamento de pessoal*, que é exatamente a situação dos autos.

No tocante à notória especialização da empresa, verifica-se, no item 1.8 dos Estudos Técnicos Preliminares (2712887) e 3.1 deste Termo de Referência, que está atendida a exigência da lei.

Quanto à singularidade do serviço, cumpre reportar-se às razões apresentadas nos itens 1.4, 1,5 e 1.8 dos Estudos Técnicos Preliminares (2712887).

5.1. Materiais e Equipamentos

- A contratada será responsável pelo fornecimento do material didático e material de apoio como pasta, bloco de anotações e caneta, além do certificado de participação.
- A infraestrutura física e tecnológica necessária à realização do encontro presencial (sala adequada e equipamentos de informática) será de responsabilidade da contratada.

5.2. Condições da Proposta

- A proposta deverá ter validade de 30 (trinta) dias, no mínimo;
- Valor do Investimento;
- Modalidade do Curso e carga horária;
- Dados bancários para pagamento.

5.3. Valor da Contratação

O valor da inscrição do evento **aberto** é de **R\$ 1.680,00 (um mil e seiscentos e oitenta reais)**, pagamento por empenho, conforme material de divulgação extraído do sítio eletrônico do COMITÊ NACIONAL DO CERIMONIAL PÚBLICO (2713249).

O CNCP enviou proposta comercial para a participação de 01 (um) servidor do TRE/PE, no mesmo valor divulgado pela página da empresa na internet.

Assim, o **VALOR DA CONTRATAÇÃO** é de **R\$ 1.680,00 (um mil, seiscentos e oitenta reais)**, referente à participação de 01 (um) servidor do TRE/PE.

O custo estimado com diárias e passagens aéreas para o deslocamento em questão é de R\$ 4.019,00 (quatro mil e dezenove reais) e R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) respectivamente, conforme mensagem eletrônica 2713341, totalizando **R\$ 6.819,00 (seis mil e oitocentos e dezenove reais)**.

O custo total com capacitação, diárias e passagens é **R\$ 8.499,00 (oito mil e quatrocentos e noventa e nove reais)**.

5.4. Critérios de Sustentabilidade

Seguem abaixo os Critérios de Sustentabilidade que subsidiarão as contratações do Plano Anual de Capacitação 2024 do TRE/PE, conforme Informação 2349 (2449020), da Assistência de Gestão Socioambiental.

- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.
- Não ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes.
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução de serviços e fiscalizar seu uso em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora n.º 6 do MTE.
- Se couber, a empresa deverá apresentar documentos comprobatórios do atendimento ao requisito de cumprimento da reserva de cota destinada a pessoas com deficiência. (Lei 8.213 de 1991, Art. 93: “A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I - até 200 empregados.....2%; II - de 201 a 500.....3%; III - de 501 a 1.000.....4%; IV - de 1.001 em diante.....5%”)
- É obrigação da contratada a manutenção dessas condições, o que poderá ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.
- Apresentar declaração afirmando que atende aos Critérios de Sustentabilidade previstos no presente capítulo.

6. Modelo de Execução do Objeto (art. 6, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

| | |
|---|--|
| Local e Horário da Prestação dos Serviços | O congresso será ministrado na modalidade presencial, no período de 3 a 5 de novembro de 2024. |
|---|--|

| | |
|---------------------------------|---|
| Prazo para Prestação do Serviço | O prazo da execução dos serviços é de 24 horas/aula, no período de 03 a 05 de novembro de 2024. |
|---------------------------------|---|

6.1. Obrigações da Contratada

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- Ministrar o evento com a carga horária definida e de acordo com os conteúdos apresentados em sua proposta, no dia e horários estabelecidos.
- Emitir a nota fiscal/recibo após a execução dos serviços, bem como os demais documentos necessários à liquidação da despesa.
- Fornecer o certificado participação.

6.2. Obrigações do Contratante

- A contratante deverá realizar o pagamento em até 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de o valor da nota fiscal/fatura ser de até R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), e em até 10 (dez) dias úteis, para valores superiores, contados da data do aceite e atesto pelo gestor do contrato na nota fiscal/fatura, desde que não haja fato impeditivo provocado pela Contratada.
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta.
- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

7. Gestão e Fiscalização da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'f' e 'g' da Lei nº 14.133/2021)

| Gestão e Fiscalização da Contratação | Servidor | Telefone | E-mail Funcional |
|--------------------------------------|----------------------------------|-----------|-------------------------------------|
| Gestor do Contrato | Cristiane Paes Barreto de Castro | 3194-9654 | cristiane.paesbarreto@tre-pe.jus.br |
| Fiscais da Contratação | Fernanda de Azevedo Batista | 3194-9655 | fernanda.azevedo@tre-pe.jus.br |
| | Gabrielle Severien Basílio | 3194-9373 | gabrielle.severien@tre-pe.jus.br |

7.1. Penalidades

- Caso não haja o cumprimento das obrigações descritas no tópico 6.1, supramencionado, não será realizado o pagamento discriminado no tópico 5.3.
- Todas as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

8. Informações Complementares

A servidora que irá participar da capacitação é **Gabrielle Severien Basílio**.

9. Anexos

- a) Proposta Oficial (2761573);
- b) Declarações (2761619);
- c) Certidões (2761621);
- d) Atestados de Capacidade (2761647);
- e) Estatuto Social (2761634);
- f) Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (2761667);
- g) E-mail nome servidor participará do evento (2761679).

10. Assinaturas



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELLE SEVERIEN BASÍLIO, Assessor(a) Chefe**, em 25/10/2024, às 14:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE PAES BARRETO DE CASTRO**, Técnico(a) Judiciário(a), em 25/10/2024, às 14:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2761436** e o código CRC **81BA21FC**.